

Resenha *Sidney Chalhoub*

Correspondência de Machado de Assis, tomo I: 1860-69. Apresentação, coordenação e orientação de Sergio Paulo Rouanet; organização de Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL; Biblioteca Nacional, 2008.

Empréstimo de ouro. Cartas de Machado de Assis a Mário de Alencar. Nota inicial de Antonio Candido; organização, introdução e notas de Eduardo F. Coutinho e Teresa Cristina Meireles de Oliveira. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2009.

Não surpreende que esses dois volumes de compilação anotada da correspondência de Machado de Assis tenham de lidar, já de início, com o ceticismo proverbial do próprio missivista. Tanto Sérgio Paulo Rouanet, na “Apresentação” à *Correspondência de Machado de Assis*, quanto Antonio Candido, em sua “Nota inicial” a *Empréstimo de ouro*, recontam a história da carta de Machado de Assis a José Veríssimo, de 21 de abril de 1908, logo poucos meses antes de seu falecimento, na qual Machado anuiu ao pedido de Veríssimo para publicar as cartas, porém advertia: “Não me parece que de tantas cartas que escrevi a amigos e a estranhos se possa apurar nada de interessante, salvo as recordações pessoais que conservarem para alguns... O tempo decorrido e a leitura que fizer da correspondência lhe mostrará que é melhor deixá-la esquecida e calada”. Rouanet professa discordância em relação a Machado, ao dizer que a correspondência dele deve ser “lembrada e ouvida”, em vez de “esquecida e calada”. Antonio Candido acha que “ele tinha razão”; as cartas de Machado não seriam “*textos* do ponto de vista literário”, apesar do “encanto insinuante” que se pode às vezes encontrar nalguns desses escritos. Parte da explicação para a disparidade de visada pode estar no próprio feitio de cada uma das obras de compilação aqui comentadas, decerto muito diferentes em sua concepção e quanto a seus objetivos.

A explanação de Rouanet quanto aos critérios adotados para compor o *corpus* do epistolário machadiano revela a preocupação da abrangência e do respeito à cronologia. O intuito é recolher toda a correspondência ativa e passiva, apresentando-a de modo a reconstituir, sempre que possível, o caráter dialógico das missivas. Ademais, a equipe de *Correspondência de Machado de Assis* decidiu incluir cartas abertas de diferentes tipos, quais sejam, as publicadas em jornais, as cartas-prefácios que aparecem introduzindo livros, até mesmo as cartas transcritas em crônicas, desde que o “exame atento sugerisse que o texto inserido não era um mero artifício literário do cronista, mas continha a transcrição de uma carta genuína, mandada por um interlocutor de carne e osso, e não por um fantasma criado pela imaginação do cronista” (p. XI). Quiçá haja aí palha para atizar controvérsias eruditas, não obstante o fato de que a junção no mesmo volume, sob a rubrica “correspondência”, de textos que obedecem a protocolos narrativos tão diversos, acaba por permitir contrastes e ilações que de outra forma seriam mais difíceis.

As cartas públicas da década de 1860 prestam-se admiravelmente ao escrutínio das ideias políticas e sociais de Machado de Assis, seja na constatação do compartilhamento dessas ideias entre cupinchas do jornalismo e da literatura, ou pelo

exame das querelas entre o missivista e seus adversários de ocasião. Não é difícil pinçar trechos sobre assuntos tais como exploração dos trabalhadores, imperialismo, monarquia, religião, relações entre literatura e sociedade.

Jornalista faz-tudo na redação do *Diário do Rio de Janeiro*, em fevereiro de 1862 Machado entra em polêmica com autor anônimo que publicava na própria folha alguns artigos de crítica ao ministro da Marinha quanto à condução do fabrico do vapor Amazonas. Segundo tal articulista, a construção deveria ser acelerada por meio da extensão remunerada da jornada dos operários, que passariam a trabalhar no horário da sesta. Machado observa que o trabalho ordinário nos arsenais, que começava ao nascer do sol, estender-se-ia por mais de 13 horas caso o ministro adotasse o alvitre sugerido. Ao opor-se à ideia, perguntava ao interlocutor se ele acreditava “que um homem possa, no nosso clima, e durante a estação calmosa, trabalhar (...) por tão dilatado espaço de tempo, exposto aos raios de sol” (p. 4). Noutra contenda, “Machadinho”, o jovem poeta de “Epitáfio do México”, de novembro de 1863, volta a solidarizar-se com o povo mexicano ao insurgir-se contra “O amigo da verdade”, que aproveita a oportunidade da chegada de ministro daquele país à Corte, em 1865, para defender a legitimidade da intervenção francesa que resultara na coroação do imperador Maximiliano I, primo de D. Pedro II. A ascensão de Maximiliano ao poder no México realizava o projeto de Napoleão III de criar na América do Norte um império católico capaz de contrabalançar a influência norte-americana. O cerne do debate entre o cronista “M.A.”, de “Ao acaso”, e “O amigo da verdade” consiste em saber em que medida a nova situação política satisfazia as aspirações do povo mexicano. “O amigo da verdade” argumenta que estava na índole dos povos latinos preferir a púrpura da realeza à casaca preta do burguês, aduzindo ainda que por isso haveria muito em comum entre os impérios brasileiro e mexicano. Machado de Assis expressa a opinião de que “o império do México é um filho da força e uma sucursal do império francês”, não podendo ter qualquer “comunhão de interesses” com o brasileiro, cuja origem fora “legítima” e “o espírito é, antes de tudo, americano” (pp. 94-5).

Não menos aguerrido mostra-se o autor de cartas abertas ao se dirigir ao “Senhor Bispo do Rio de Janeiro” em 18 de abril de 1862. A missiva, publicada anonimamente por Machado de Assis no *Jornal do Povo*, começa por diatribes contra as procissões e festividades promovidas pelas irmandades, preocupadas apenas em competir entre si quanto à “ostentação dos recursos e do gosto” (p. 9). As “usanças pagãs” dessas práticas, “grotescas e ridículas”, destruíam “a sublimidade de nossa religião”, deixando os fiéis com a impressão de que a religião devia falar “muito aos olhos e nada ao coração” (pp. 9-10). A crítica fica mais aguda em seguida, quando o correspondente se volta contra o clero, expondo talvez de modo mais típico o sentimento anticlerical que se disseminava nas hostes liberais. O sacerdócio virara “ofício rendoso” e os que o exerciam seriam governados pelo “vício e a ignorância”; “o altar tornou-se balcão e o evangelho tabuleta”. A “ignorância” e os “maus costumes” da “falange eclesiástica” teriam levado à “indiferença” e ao “ceticismo social” (pp. 10-12).

Em 1863, ao publicar volume com “as minhas duas comédias de estréia”, Machado de Assis segue os usos do tempo e recorre a um “padrinho” literário – no caso, Quintino Bocaiúva. Desse modo, o livro abria com uma troca de correspondência entre o autor e seu leitor escolhido, misto de protetor e crítico, que oferecia a sua impressão sobre a obra

como intróito a ela própria. Quintino desfila o rosário de idéias (calvário de platéias...) comuns à época quanto à função social da comédia realista, presumindo-se então que Machado compartilhasse delas. Em estilo esparramado, Quintino Bocaiúva exalta o talento do colega, que recebera de Deus um dom que estava obrigado a empregar “no melhor serviço dos seus semelhantes”. O teatro permitia “inocular” ideias “no seio das massas”, “inocular-lhe o sangue puro da regeneração moral”. A comédia dramática seria o meio mais adequado para chegar à “alma do povo, a que mais recursos possui para atuar sobre o seu espírito” (p. 22), e mais delongas. Ao concluir a sua carta-prefácio, Quintino comenta que os textos de Machado ainda pareciam comédias para ler mais do que para representar, recomendando-lhe que perseverasse.

Cousa mui distinta é a carta aberta de Machado a José Feliciano de Castilho, que apareceu no “Folhetim” do *Diário do Rio de Janeiro* em 15 de agosto de 1865. A intenção de Machado ao inventar a situação narrativa do texto só se esclarece ao longo da leitura. A carta-folhetim consiste na crítica da peça de teatro de Mendes Leal, “Os primeiros amores de Bocage”, que levava ao palco a vida do poeta português Manuel Maria do Bocage, recentemente biografado por Castilho, cujo trabalho servira de fonte a Mendes Leal. Ao endereçar a sua crítica da peça teatral ao autor da biografia, Machado arranjou mote ao seu texto no contraste entre os gêneros dramático e biográfico. Reconhece de início que Bocage não era assunto fácil para o palco, de hábito menos afeito à transposição de homens de pensamento do que de ação. Ademais, havia o problema da “feição histórica com que a arte devia lutar”. O desafio de Mendes Leal, bem diferente daquele de Castilho, era “tirar das entranhas do assunto e do tempo aquilo e tão somente aquilo que é digno da arte” (p. 113). Parágrafos abaixo, peremptório, o crítico afirma que “Se a arte fosse a reprodução exata das coisas, dos homens e dos fatos, eu preferia ler Suetônio em casa, a ir ver em cena Corneille e Shakespeare” (p. 114). A biografia de Castilho fora fiel aos fatos ao descrever desregramentos e outros vícios do poeta; o dramaturgo, sabedor da distância que há entre “os traços largos da pintura, e a implacável minuciosidade do daguerreótipo; *não copiou a biografia, interpretou-a*” (grifo meu; p. 114). O principal mérito do autor teatral fora criar personagens que tinham, simultaneamente, “a feição histórica e a feição humana”, que “procedem do tempo e falam a todos os tempos, condição essencial da arte” (p. 115). Tudo isto em 1865, bem distantes ainda as críticas a Eça de Queiroz que fariam Machado experimentar as agruras da batalha do realismo no Brasil no final da década de 1870.

Ao contrário das cartas abertas, às vezes combinadas entre os correspondentes, destinadas mais aos outros do que aos próprios interlocutores, logo expandidas para a platéia suposta de leitores, as missivas particulares tendem a ser curtas, curtíssimas, trocas entre homens jovens que já haviam compartilhado palestras sobre literatura, teatro, política, convescotes, moças. Aquilo que se subentende é por vezes o melhor desses textos, e com frequência o que se deixa ver sem que se precise dissertar sobre o tema é a rede de solidariedade e de ajuda mútua entre literatos e jornalistas na qual Machado parecia fortemente inserido desde o início dos anos 1860. Exemplos a granel: em 1863, Machado pede a Luís Guimarães que divulgue as comédias dele em São Paulo, em troca o correspondente solicita que críticas elogiosas de seus escritos apareçam no *Diário do Rio de Janeiro* e em outros jornais da Corte; Sizenando Nabuco escreve a Machadinho

sobre moças, artigos encomendados, acadêmicos de São Paulo que são amigos comuns, troca de obras para leitura, sei lá o que mais, amizade mui íntima que resulta no incentivo público de Machado de Assis a escritos iniciantes de Joaquim Nabuco, irmão mais novo de Sizenando, dando início a amizade (e aliança político-literária) que teria vida longa; Ferreira de Menezes quer que Machado se empenhe por determinado músico; Faustino Xavier de Novaes, futuro cunhado, trocista sem peias, pede que Machado dê no *Diário* notícia do aparecimento de um livro de versos, e insinua que o crítico seja generoso, mas sem que para isso precise dar “sopapos na consciência” (p. 83).

Com data de 14 de fevereiro de 1865, Joaquim Serra oferece missiva que encapsula o resto, até pela metáfora que escolhe. Lançara um livro, logo carecia arrumar-lhe padrinho. Escreve a Machado de Assis, “Meu amigo”, que continuava a ser o faz-tudo da redação do *Diário*: “Hoje, que tinha de mandar correr terras um pobre pagãozinho, que chamo meu filho, antes de lançá-lo fora dos muros paternos, levei-o à pia batismal, convidando para seu padrinho aquele, a quem eu devi a animação para a viagem. Aí tem o seu afilhado; defenda o pobrezinho, que por si só nada vale” (p. 83). Na sociedade oitocentista brasileira, até um livro valia o quanto valia quem se apalavrasse por ele. O que revela a leitura lenta desses escritos privados, bilhetes muita vez, combinados utilmente com as cartas abertas, é que o emprego de Machado no *Diário* fez dele bem cedo uma figura de relevo no mundo literário da Corte, com ramificação no universo acadêmico do curso de Direito de São Paulo. A centralidade de Machado torna-se evidente no alvitre encontrado por José de Alencar, então o “general-em-chefe” da literatura pátria, segundo o trocista Faustino, quando desejou promover o jovem poeta Castro Alves, recém-chegado do norte e hospedado na chácara da família da mulher de Alencar, na Tijuca, em fevereiro de 1868: ele faz publicar carta aberta a Machado de Assis no *Correio Mercantil*, para se antecipar aos que por ventura lhe estranhassem o procedimento, diz que o fazia porque o destinatário goza de “foro de cidade na imprensa da Corte”, além de se dedicar “à cultura dessa difícil ciência que se chama a crítica” (p. 229). Não obstante o cuidado de Alencar, a distinção conferida a Machado provocou ciúmeiras, ou ao menos é o que sugere Faustino, em carta aberta que veio a lume no *Jornal do Commercio*, ao se referir a determinada publicação anônima e agressiva na qual se comentava que “merecera foros de cidade no jornalismo” alguém que sequer “tem conhecimento das línguas para estudar e analisar os clássicos” (p. 243). Mulato de origem pobre, autodidata, que fosse lembrado de seu lugar social.

Tal episódio, aliás, ocorreu quando Machado já havia deixado a sua posição no *Diário do Rio de Janeiro*, tendo conseguido emprego público e iniciado assim o que seria uma longa e exitosa carreira no funcionalismo. Trechos de cartas entre Machado e Quintino Bocaiúva deixam vislumbrar as tratativas para a obtenção do emprego. Fazem pensar em Manuel Antonio de Almeida e sua observação de que naquele tempo “o empenho, o compadresco, eram uma mola real de todo o movimento social” (*Memórias de um sargento de milícias*, cap. XLV, “Empenhos”). Em carta de 29 de outubro de 1866, Machado agradece a Quintino “outra vez a recomendação que de mim fizeste ao Afonso” (p. 170). Referia-se a Afonso Celso de Assis Figueiredo, membro do Conselho de Estado, então ministro da Marinha. Machado estivera com o ministro, “Achei-o nas melhores disposições a meu respeito, e segundo me afirmou ainda ontem, estarei empregado até janeiro, e com

bom emprego”. Comenta em seguida posições possíveis na secretaria do império, na da agricultura. “Qualquer desses, ou outro, disse-me ele, ser-me-á dado. Nunca houve emprego que viesse mais a propósito do que esse que me dizem” (p. 170). O homem parecia aflito. Menciona o assunto noutra carta a Quintino, de 25 de novembro de 1866: “Espero ainda da decisão do Afonso Celso que (...) está decidido a *arranjar-me*” (grifo meu, p. 190). Na linha de baixo, diz haver um lugar vago, “o de 2º. Oficial do conselho naval”, logo “creio que não espero o outro de que o Afonso me falou, e amanhã mesmo lá irei falar-lhe nisso” (p. 190). A espera se prolongou por alguns meses. Em 9 de abril de 1867, Machado escreve a Quintino, para se despedir do *Diário*, agradecer-lhe a proteção, “São coisas que não esquecem” (p. 212). De qualquer modo, os apertos financeiros continuaram, a julgar por cartas trocadas à época do casamento com Carolina, dívidas, pedidos de empréstimo a amigos. Como dizia Faustino, o cunhado trocista, “Aos poetas, e aos artistas, costuma o destino dar pouca ambição e muita necessidade; uns e outros, quando voltam as costas ao dinheiro, são avisados da descortesia, pelo estômago, víscera imunda...”. (p. 124).

Em suma, *Correspondência de Machado de Assis* é volume de estudo, coleção de documentos estabelecidos e anotados com rigor, utilíssimo pelo aparato erudito provido pelos organizadores. Que o segundo volume esteja por vir. Outra cousa, sem que seja menos cousa por ser outra, é o volume intitulado *Empréstimo de ouro*. Acepipe fino, aromático, festa para os olhos, o tato, faz pensar na irredutibilidade do livro quando dele se faz objeto de arte. O volume traz 22 cartas de Machado de Assis a Mário de Alencar, filho de José de Alencar, escritas de 1902 a 1908, se bem que a grande maioria delas seja de 1907 e 1908, interrompidas pela morte de Machado. Cada carta transcrita e anotada é acompanhada do fac-símile do original manuscrito, tudo rodeado por fotografias de personagens citadas na correspondência e de lugares nela referidos, edição comemorativa na qual Machado teria apreciado as imagens do Rio de Janeiro no início do século XX, de beleza deslumbrante. A ausência das cartas de Mário de Alencar faz com que dele saibamos apenas por meio do que diz Machado. E quanto a isso há coerência notável na série coligida. Mário aparece fragilizado, queixa-se de doença, não consegue escrever; Machado, “amigo velho”, oferece conselhos, incentivo, consola o jovem ao glosar a velhice e seus achaques. A sinopse disso está em carta de 11 de novembro de 1907: “Li o que diz acerca do seu mal-estar e outros fenômenos. Qualquer que tenha sido a causa dessa agravação, vejo que está melhor, e ainda bem. Eu, que tenho mais direito a enfermidades, não lhe digo se não que as vou espiando com os olhos cansados” (p. 69). Noutra ocasião, ainda que contido e suave, como de praxe nesses escritos, Machado usa o exemplo próprio para sugerir ao outro menos autocomiseração: “Eu cá vou andando com os meus tédios (...). O que faço é não me mostrar a todos tal qual ando; muitos me acharão alegre, e ainda bem. Adeus, meu querido amigo. Vou ler e informar papéis da Secretaria” (p. 95). Essa carta é de 20 de abril de 1908. Machado já andava mal, dava ao correspondente notícia breve de incômodos, de remédios que tomava; todavia, quase septuagenário, continuava empregado público dedicado, lia Renan e Schopenhauer, planejava idas à cidade, à Câmara dos Deputados. Dizia ao colega que escrevesse, “Por que não escreve alguma cousa?” (p.51); “A arte é remédio e o melhor deles” (p. 87).

Enquanto pôde, foi o que fez Machado. A correspondência com Mário está cheia da presença do *Memorial de Aires*, em fase final de redação. Em 18 de março de 1907, confissão de travamento na escrita, “estou agora inteiramente parado no que quisera fazer andar” (p. 51). Em 28 de março, “O meu trabalho teve uma interrupção de dias (...). Agora quero ver se acabo a leitura e faço o remate” (p. 61). Em carta de 22 de dezembro de 1907, sabemos que Machado havia enviado o manuscrito para a leitura de Mário, que a fizera e reagira entusiasmado. Machado diz crer “que este será o meu último livro; faltam-me forças e olhos para outros; além disso, o tempo é escasso e o trabalho lento. Vou devolver as provas ao editor, e aguardar a publicação do meu *Memorial de Aires*” (p. 75). Quiçá consola saber que Machado viveu para ver a obra impressa, pois que apareceu em julho de 1908, três meses antes de sua morte. Nessas cartas, o *Memorial* é também interlocução subliminar, num *étos* de escrita de velho, cultivado a cada linha, aqui e lá, laboriosamente, ainda que a caligrafia deslize sempre por dedos firmes, desadornada e sem tremores.